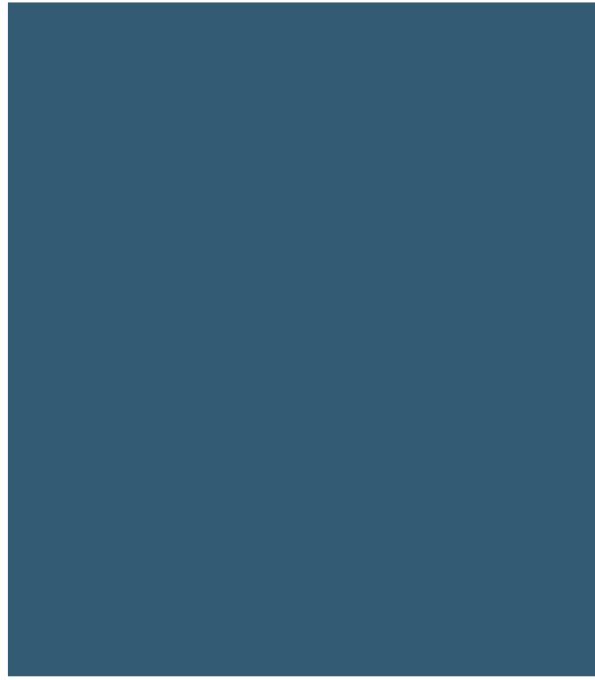




O Relatório de Monitoramento será obrigatório para políticas públicas em execução, mesmo que estejam em processo de aperfeiçoamento ou expansão. As políticas em fase de elaboração não serão passíveis de monitoramento nos moldes apresentados neste relatório. Ademais, este documento será aplicável somente após o detalhamento da política pública.

INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO

Instrumento	Total de Instrumentos	Situação (% total instrumentos)	Emenda Parlamentar (% do valor total) e Projeto BRA	Valor Anual	Valor Total
Emenda Parlamentar	01	100% em execução	Valor executado: 0% Emenda Parlamentar Individual Impositiva nº 39010005 no OGU 2020	-	R\$400.000,00* (orçamento para custeio)
Convênio	02	100% em execução	Valor executado: 0% BRA 13/2019 Funai/PNUD	-	Ver valor total da CGPC no PNUD R\$ 781.632,00
			Valor executado: 100% 914BRZ4019 Funai/Unesco Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural de Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Amazônia. (Museu do Índio / CGIIRC; CGPC) (Obs.executado pelo Museu do Índio)	-	valor total do BRA Unesco 1,5 milhões
Acordos de Cooperação Técnica	09	55,5% em execução	18 % Valor executado (referência: valor anual) (R\$ 63.000,00)	R\$ 350.000,00	Não constam valores globais nos ACTs. Ver texto abaixo.
		44,5% em discussão	ACTs entre Funai e Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs) que ainda em processo de discussão técnica: IFAM (Amazonas) IFMT (Mato Grosso) IFTO (Tocantins)	À definir	À definir

INDICADORES

Nome do Indicador: 10% da população indígena nacional (81.800 indivíduos)				Meta			Resultado		
Fórmula de Cálculo	Polaridade	Fonte da coleta	Periodicidade da coleta	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Σ de projetos de educação escolar indígena realizados + Σ de projetos valorização e revitalização de línguas + Σ de projetos de participação social + Σ de projetos de valorização da infância em contexto comunitário + Σ de projetos de valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política	Positiva	SEI	Trimestral	-	81.800 indígenas (10% da população nacional)	122.700 indígenas (15% da população nacional)	-	2.620 (0,3% da população nacional)	-
Data da Última Coleta	09/10/2020								

Sistema de monitoramento interno da Política

Nome do Indicador: População indígena nacional PRIMEIRO TRIMESTRE - janeiro a março/2020 Cálculo para meta por trimestre: $10\% / 4 = 2,5\%$ da população por trimestre (20.450 indivíduos)				Meta			Resultado		
	Polaridade	Fonte da coleta	Periodicidade da coleta	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Σ de projetos de educação escolar indígena realizados + Σ de projetos valorização e revitalização de línguas + Σ de projetos de participação social + Σ de projetos de valorização da infância em contexto comunitário + Σ de projetos de valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política	Positiva	Sei	Trimestral	-	20.450 indivíduos	30.675 indivíduos (3,75% da população)	-	2.289 indivíduos	-
Nome do Indicador: População indígena nacional SEGUNDO TRIMESTRE - abril a junho/2020				Meta			Resultado		

Cálculo para meta por trimestre: 10% / 4 = 2,5% da população por trimestre (20.450 indivíduos)									
	Polaridade	Fonte da coleta	Periodicidade da coleta	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Σ de projetos de educação escolar indígena realizados + Σ de projetos valorização e revitalização de línguas + Σ de projetos de participação social + Σ de projetos de valorização da infância em contexto comunitário + Σ de projetos de valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política	Positiva	Sei	Trimestral	-	20.450 indivíduos	30.675 indivíduos (3,75% da população)	-	331 indivíduos	-
Nome do Indicador:População indígena nacional TERCEIRO TRIMESTRE - julho a setembro /2020 Cálculo para meta por trimestre: 10% / 4 = 2,5% da população por trimestre (20.450 indivíduos)				Meta			Resultado		
	Polaridade	Fonte da coleta	Periodicidade da coleta	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Σ de projetos de educação escolar indígena realizados + Σ de projetos valorização e revitalização de línguas + Σ de projetos de participação social + Σ de projetos de valorização da infância em contexto comunitário + Σ de projetos de valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política	Positiva	Sei	Trimestral	-	20.450 indivíduos (2,5% da população)	30.675 indivíduos (3,75% da população)	-	0	-

PROJETOS ESTRATÉGICOS

As ações da CGPC compõem o Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça e Segurança

Pública (MJSP) para o quadriênio 2020 - 2023. Em seu Objetivo Estratégico é “*Gerir políticas referentes aos povos indígenas*”, fica sob nossa gestão o indicador número de ações de educação e de formação comunitária apoiadas, com a previsão de 12 (doze) projetos por ano de 2020 a 2023. Diferente do Planejamento Estratégico da Funai, o alcance das metas do P.E. é monitorado mensalmente por meio de formulário online quantitativo, ou seja, não apresentamos detalhes dos produtos alcançados a cada mês.

Como ponto positivo, temos a oportunidade de expor a relevância de nossos trabalhos para os povos indígenas no âmbito da Educação Escolar e na Educação Comunitária, principalmente esta última, que não entrou como indicador no planejamento estratégico da política de promoção da cidadania. Para tanto, elencamos no final de 2019 alguns exemplos de ações já em curso e que poderiam representar os projetos da CGPC, sendo estes o apoio à:

- **01** (uma) oficina sobre as disposições e acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), projeto que executamos junto à CGEtno e FNDE (local a definir);
- **01** (um) encontro de professores (local a definir);
- **05** (cinco) projetos de valorização e revitalização de línguas indígenas (como exemplo, os projetos junto aos Guató, aos Nambikwara; aos Munduruku de Kwatá Laranjal e as oficinas de produção dos Dicionário Cultural Básico Kaiowá/Português - Português/Guarani e de desenvolvimento de Jogos Eletrônicos em Língua Indígena - Game Nhandewa)
- **01** (uma) oficina de produção de materiais didáticos (pensamos no projeto dos Ikpeng);
- **02** (duas) oficinas de elaboração de Projetos Político Pedagógicos (escolas Wajãpi e do Oiapoque);
- **03** (três) projetos de educação comunitária (local a definir); e
- Prestar subsídios técnicos para apresentar a proposta de celebração de **01** (um) Acordo de Cooperação Técnica para a formação de professores indígenas em cursos de Nível Superior específicos (na época planejamos o ACT Funai/Unemat);

Porém, pelas mesmas implicações referentes à pandemia de Covid-19 que detalharemos abaixo e o fato de que a grande maioria dos nossos projetos dependem de idas a campo, tivemos até o momento um alcance abaixo do esperado, apesar de regularmente apoiarmos um número bem mais expressivo que 12 projetos por ano nos exercícios anteriores. Como estratégia para a solução de problemas, ainda em 2019, quando da divulgação do orçamento da CGPC para o exercício de 2020, solicitamos a redução da meta para 08 (oito) projetos, porém o MJSP negou alegando que havíamos acabado de indicar o apoio à de 12 (doze) projetos. Em um segundo momento, assim que publicada a Portaria 419/2020/Pres-Funai, em 17 de março de 2020, que dispunha sobre restrições de acesso à Terras Indígenas como medida protetiva à disseminação de Covid-19 nas comunidades, solicitamos mais uma vez a mesma redução, também negada pelo MJSP por ainda estarmos no início do ano. Aguardamos nova janela de oportunidade para a alteração, mas por enquanto nosso resultado se resume aos 04 (quatro) produtos abaixo elencados:

Janeiro a Março: Apoio à **02 (dois) projetos de Educação Comunitária:** 01) Projeto:Oficina sobre Ensino Médio Técnico Munduruku - perspectivas de formação para a sustentabilidade(SEI 1906898), no processo nº08764.000001/2020-86; e 02) em parceria com o Museu do Índio, apoio ao Projeto Mestres Taboqueiros e Mestras Artesãs: Tecnologias audiovisuais e o fortalecimento da tradição e cultura Munduruku (SEI 1627762), no processo nº 08764.000327/2019-70. **Obs.:** Execução adequada ao período, uma vez que entre janeiro e fevereiro ainda não contávamos com o teto orçamentário destinado à Coordenação de Processos Educativos, e entre fevereiro e março é o período em que a Coordenação Geral de Promoção da Cidadania convoca as unidades regionais da Funai (Coordenações Regionais) a entregarem seus Planos Anuais de Trabalho

Abril e Maio: Entrega de **01 (uma) manifestação técnica relacionada à qualificação da Educação Escolar Indígena**, o Parecer Técnico nº 3/2020/CORAM/CGGAM/DPDS-FUNAI(SEI 2152912), acerca da construção de escolas indígenas utilizando madeira de Terras Indígenas, enviado à Funai/Pres para

análise. Processo nº .08767.000215/2018-16.

Junho: Sem entregas mensuráveis.

Julho: Entrega de **01 (uma) manifestação técnica relacionada à qualificação da Educação Escolar Indígena**, a proposta de Acordo de Cooperação Técnica Funai/Unemat para o apoio à formação de professores indígenas em cursos de Nivel Superior específicos, já aprovada pelas áreas jurídicas de ambas as instituições. Processo:08620.002122/2020-05.

Agosto: Sem entregas mensuráveis.

Setembro: Sem entregas mensuráveis.

Não obstante, para o relatório final pretendemos apresentar ao MJSP os trabalhos internos que desenvolvemos a cada mês, parte dos quais apresentaremos em seguida.

Há ainda uma discussão sobre alternativas para a melhoria dos nossos resultados, uma vez que estamos em um período excepcional causado pela pandemia de Covid-19, mas a princípio os diálogos vêm sendo no sentido de mantermos como indicador a natureza de ações que propusemos, porém reduzir a meta no número de ações por ano, como vimos dialogando com o MJSP.

ANÁLISE DO RESULTADO

Buscaremos apresentar abaixo um breve relato sobre eventos que impactaram a execução do Planejamento Anual da CGPC e em seguida um detalhamento das movimentações orçamentárias do período de janeiro a setembro de 2020.

i) Pontos positivos durante a execução

O modelo de Formulário de Plano de Trabalho Anual, formulado pela equipe da CGPC em novembro de 2019 e disponibilizado na plataforma SEI, auxiliou na coleta de resultados por inserir campos como povos envolvidos e número de indígenas participantes, dados de gênero e faixa etária, parcerias governamentais e da sociedade civil, assim como o local onde as atividades seriam desenvolvidas, especificando Terras Indígenas, municípios e estado, o que facilitou alcançarmos um melhor detalhamento, mesmo que inicial, da cadeia do plano de base de dados abertos. Também como acompanhamento interno, contamos mais uma vez com a planilha de controle de descentralizações do SEAD/CGPC, que utilizamos há anos para a análise de resultados alcançados e para os planejamentos anuais.

Para incrementar nossas ações, recebemos a Emenda Parlamentar Impositiva nº 39010005 no Orçamento Geral da União de 2020, de autoria do Deputado Federal Airtton Faleiro, que tem como objetivo o reforço orçamentário à Funai para ações junto às comunidades indígenas do estado do Pará. Para tanto, foram aportados R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), dos quais R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) é verba de custeio para apoiar os cursos de educação profissional do IFPA, instituição com a qual a Funai mantém Acordo de Cooperação Técnica, que vêm sendo desenvolvidos para atender as especificidades dos povos indígenas do estado do Pará, orçamento que ficou sob a coordenação da CGPC. A outra parcela de R\$ 400.000,00 é de gestão da CGEtno, e trata-se de verba de investimento para fomentar atividades de etnodesenvolvimento em Terras Indígenas no estado do Pará, por meio da aquisição de maquinários e implementos agrícolas.

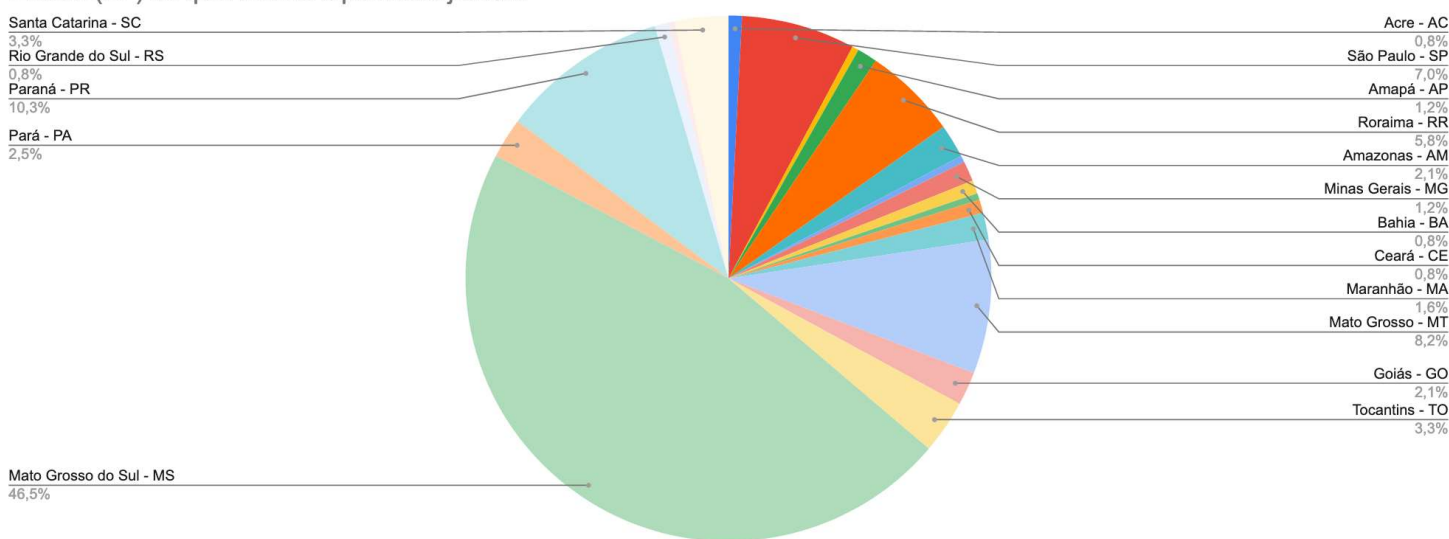
Para as ações no âmbito do BRA13/2019 Funai/PNUD, que prevê ações de implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), em 2020 encontra-se em fase de redefinição as propostas de projetos da Cogen, e foi apresentado um novo Termo de Referência para realização de cinco Oficinas Regionais de Educação Profissional e Povos Indígenas, para edital a ser lançado em breve pelo PNUD, para contratação com a finalidade de realizar as Oficinas, que terão como produto final a elaboração de projetos pedagógicos de cursos técnicos de ensino médio e a discussão e de diretrizes para implantação dos cursos. Ainda no âmbito da parceria do BRA PNUD encontra-se em fase de finalização Termo de Referência para contratação de serviços especializados para elaboração de Manual sobre Práticas Agroecológicas, manejos tradicionais e associativismo.

Tratamos também da execução do 914BRZ4019, cooperação entre Funai e Unesco para desenvolver projetos voltados à Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural de Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Amazônia, firmado em dezembro de 2015 com a participação do Museu do Índio (MI), CGPC e Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC), atualmente em revisão para renovação. Também com o MI, retomamos o diálogo para o levantamento de ações que contam com interfaces com a CGPC, como o apoio a projetos culturais e de línguas indígenas, para traçarmos uma agenda conjunta, inclusive para o alcance de metas institucionais, no caso, as previstas no Planejamento Estratégico do MI. Um dos pontos mais relevantes dessa possível parceria seria a publicação de materiais didáticos e paradidáticos por meio de processo licitatório em Sistema de Registro de Preços a ser formalizado pelo Museu do Índio.

Para este ano, como o processo licitatório do MI ainda está em fase de elaboração, buscamos parceria com a Coordenação Regional Litoral Sudeste (CR LISE) para viabilizar a publicação de livros didáticos, neste momento para os povos Guajajara, Kokama, Munduruku, Xavante e um único para os povos de recente contato: Hupdäh, Nadeb e Däw. O projeto dialoga com várias linhas de ação da CGPC, como processos educativos comunitários, valorização e revitalização de línguas indígenas, educação escolar indígena e ações para a infância e juventude.

Como exemplo, uma das principais articulações interinstitucionais realizadas para garantir o direito da criança à convivência familiar e comunitária foi o início da parceria com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ que, no âmbito das ações do Pacto Nacional pela Primeira Infância, realizará diagnóstico sobre a situação do sistema de atendimento às crianças na primeira infância em todo Sistema de Justiça brasileiro. A pesquisa se propõe a analisar 5 eixos: (I) Mulheres e adolescentes grávidas e mães de crianças até 6 anos presas ou em regime de internação; (II) Proteção da criança na dissolução da sociedade conjugal; (III) Destituição de poder familiar, adoção e tráfico de crianças; (IV) Famílias acolhedoras e unidades de acolhimento; (V) Estrutura judiciária e gestão administrativa de políticas públicas para a infância e juventude. A Funai foi convidada pelo CNJ para contribuir no aperfeiçoamento dessa ação e começou atuando junto na elaboração do fluxo de atendimento às crianças vítimas ou testemunhas de violência. Nos próximos meses estão previstos projetos-pilotos nas cinco regiões do Brasil e a Funai acompanhará o processo. No nível interno, o primeiro resultado dessa parceria foi a sistematização dos dados dos processos acompanhados pela Funai que tratam do direito à convivência familiar e comunitária das crianças indígenas. Desse trabalho é possível identificar o perfil das crianças, as regiões de maior impacto, entre outros diagnósticos. Abaixo segue o gráfico com a porcentagem de processos acompanhados por UF:

Estado (UF) no qual tramita o processo judicial



ii) Pontos negativos durante a execução

Assim como grande parte das ações da Funai, os projetos apoiados pela CGPC voltados à participação social, à valorização da infância em contexto de convivência comunitária, à valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política, assim como os de acompanhamento e qualificação da educação escolar indígena e de valorização e revitalização linguísticas, sofreram grande impacto em sua execução em razão da pandemia causada pelo Covid-19. Como esses projetos envolvem a participação presencial do público-alvo, a maioria deles não puderam ser atendidos, em respeito às orientações dos órgãos de saúde e da própria Funai, para preservar a saúde dos servidores e, principalmente dos povos indígenas.

Vale destacar que a grande maioria dos projetos enviados à CGPC são elaborados pelo Serviço de Promoção dos Direitos Sociais e Cidadania (Sedisc), setor das Coordenações Regionais também **diretamente envolvido com as atividades relacionadas à prevenção à disseminação da Covid-19 nas comunidades indígenas, como as entregas de cestas básicas, os diálogos com os Distritos Sanitários Especiais de Saúde**

Indígena (DSEIs/Sesai), além de prestarem orientações às demais instituições, a exemplo de Secretarias de Educação, órgãos do Sistema de Justiça, Organizações Indígenas e aos próprios povos indígenas, sobre a necessidade de manter medidas de salvaguarda à saúde dos povos indígenas. Nesse cenário, recebemos apenas uma parcela de Planos de Trabalho Anuais das Coordenações Regionais com as programações dos Sediscs, elaborados antes da publicação da Portaria n. 419/PRES, de 17 de março de 2020.

Para se ter uma ideia, das solicitações de apoio recebidas no início do ano nos planos de trabalho das coordenações regionais e outras ações pontuais, 55 delas, voltadas à participação social, que somam aproximadamente R\$855.000,00, não puderam ser atendidas; 17, voltadas à valorização da infância em contexto de convivência comunitária, que somam aproximadamente R\$117.000,00, não puderam ser atendidas; e 28, voltadas à valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política, que somam aproximadamente R\$431.000,00, não puderam ser atendidas. No entanto, as orientações técnicas às Coordenações Regionais e as articulações interinstitucionais, principalmente quanto ao acompanhamento da Funai nos casos que envolvem o direito à convivência familiar e comunitária continuaram normalmente, sempre em observação às orientações dos órgãos de saúde.

À exemplo das demais ações apoiadas pela CGPC, não há como negar o impacto das restrições que o momento exige em nosso planejamento, já que a grande maioria dos projetos educativos são concebidos e colocados em prática junto aos povos indígenas. Para as ações de monitoramento e qualificação da Educação Escolar Indígena, considerando que com as restrições de entrada em terras indígenas e da paralisação das aulas apenas 14 das 39 Coordenações Regionais, e 03 das 11 Coordenações de Frentes de Proteção Etnoambientais enviaram seus PATs, recebemos 51 propostas de projetos, que somam R\$ 977.327,83. Destas, 18 receberam descentralização orçamentária parcial totalizando R\$ 235.307,80, porém apenas 10 foram implementadas no período de janeiro até meados de março, o que levou à execução financeira de apenas R\$ 148.718,45 do recurso. Para os projetos de Valorização e Revitalização Línguas Indígenas, até o momento recebemos 07 propostas, que somam R\$ 238.959,70. Destas 03 receberam descentralizações parciais, que alcançam o total de R\$ 42.743,30, porém apenas 01 foi implementada, acarretando na execução de R\$ 6.372,00.

Como assinalamos em nossa tabela de riscos, o reduzido número de servidores lotados nas unidades descentralizadas dificultou não apenas um planejamento de ações locais, mas também nossa busca por alternativas de solução aos pontos negativos, na medida em que buscamos fomentar uma parceria entre as Coordenações Regionais para a execução de poucos projetos passíveis de execução durante este momento de pandemia de Covid-19, mas notamos uma carência generalizada de servidores. Especificamente sobre nossa busca, notamos que os servidores das Coordenações Regionais com perfis de pregoeiro, quando contam com um, encontram-se imersos nas atividades de enfrentamento à Covid-19, o que inviabiliza afastamentos para atender demandas de outras atividades, incluindo dificuldades para a execução da Emenda Parlamentar Impositiva nº 39010005 no OGU 2020, que pode vir a acarretar a redução da probabilidade de conseguirmos recursos suplementares dessa natureza no próximo exercício.

iii) Soluções elaboradas para enfrentar os pontos negativos

Independentemente dos eventos e resultados que apresentaremos abaixo, consideramos como um dos pontos positivos o fato de que durante a análise notou-se a necessidade de adequação no indicador ou em sua fórmula de cálculo, já que o primeiro trata de alcance populacional quando a equação para aferir seu alcance é a de somatório de projetos, não de beneficiários do projeto. Considerando que até o momento o resultado foi muito abaixo do esperado, apenas 0,3% de um total de 817.963 indígenas em todo o território nacional (dados do site da Funai), tendemos a opinar pela alteração do indicador em si, já que a pretensão de alcançar a meta de cerca de 81.800 (oitenta e um mil e oitocentos indivíduos) em 2020 (10% da população nacional) não parece razoável mesmo afora os impactos resultantes do atual momento de crise de saúde. Vale registrar também que há muito se discute a questão de que não há como considerar que os projetos da CGPC atinjam apenas indivíduos que participaram diretamente dos projetos, já que são desenvolvidos em resposta a demandas comunitárias. Recomendamos, assim, que seja retomada a discussão interna sobre o meio mais apropriado para demonstrar os resultados de nossas ações.

Não obstante os resultados, como alternativa à continuidade de nossa atuação, mesmo que suspensas temporariamente nossas atividades da área finalística por dependerem de idas à campo ou de

visitas dos indígenas às unidades da Funai, adequamos nosso planejamento às demais competências regimentais da CGPC, especialmente em áreas que há anos tentamos colocar em prática mas não contávamos ou com orçamento suficiente, ou com a oportunidade de aprofundarmos discussões em equipe para propostas mais abrangentes, já que o acompanhamento dos projetos das Regionais tomam um considerável tempo de dedicação dos técnicos.

Atuamos na área de educação escolar indígena mantendo diálogos constantes com as Secretarias de Educação sobre os riscos de retorno às aulas e condições de acesso à plataformas de EAD nas aldeias, assim como que atendam às reivindicações dos professores indígenas de que sejam contabilizadas como atividades letivas os processos educativos comunitários, de acordo com as normativas para a oferta da educação escolar indígena. Concentramos também nossos esforços em discussões técnicas sobre a viabilidade de possíveis parcerias com Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), para a oferta de cursos específicos de ensino médio integrado à formação profissionalizante e cursos de menor duração, como os de Formação Inicial e Continuada (FIC), preferencialmente ministrados nas aldeias. Como exemplo, citamos os diálogos em fase adiantada com os Institutos Federais do Amazonas (IFAM), de Tocantins (IFTO) e de Mato Grosso (IFMT). Iniciamos em fevereiro a execução do Acordo de Cooperação Técnica com IFPA, assinado em setembro de 2019, e que até o momento abarca o apoio aos cursos Magistério e Agroecologia específicos ao povo Parakanã, mas também devido à pandemia de Covid-19 contou com a realização apenas do 1º módulo.

Para a execução orçamentária da Emenda Parlamentar Impositiva nº 39010005 no Orçamento Geral da União de 2020, da qual R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) é verba de custeio para apoiar os cursos de educação profissional do IFPA que vêm sendo desenvolvidos para atender as especificidades dos povos indígenas do estado do Pará, a CGPC e a CGEtno vêm dialogando com as Coordenações Regionais Baixo Tocantins e Tapajós, assim como com o IFPA, no sentido de buscar alternativas que viabilizem o empenho orçamentário em prazo hábil, incluindo parcerias com outras Coordenações Regionais e adesão à Atas de Registro de Preços de outras instituições. Como apresentamos no campo "pontos negativos", até o momento o maior obstáculo tem sido a falta de recursos humanos nas Coordenações Regionais para desenvolver as atividades administrativas inerentes à execução da emenda, destacando que neste caso a carência de servidores não é uma problemática restrita às unidades da Funai diretamente envolvidas neste processo, já que também constatamos a grande dificuldade das demais Coordenações Regionais em ceder temporariamente pregoeiros, quando contam com servidores com este perfil. Uma breve exposição dos passos tomados para a implementação dos projetos pode ser acessada no Despacho COPE/CGPC (SEI 2442469), do processo 08620.003228/2020-18.

No ensino superior, realizamos gestões junto à Secretaria de Ensino Superior (SESU/MEC), apresentando as condições que os acadêmicos indígenas vêm enfrentando em meio à pandemia de Covid-19 e expondo a necessidade de abertura de novas inscrições no Programa Bolsa Permanência, política pública essencial para apoiar a permanência dos acadêmicos nos centros urbanos. Contribuímos tecnicamente com a formulação de um Acordo de Cooperação Técnica entre a Funai e a Universidade do Estado de Mato Grosso, no sentido de apoiar a política inclusiva da Faculdade Intercultural Indígena/Unemat nos cursos de formação de professores em Licenciatura e Pedagogia Interculturais. O ACT foi aprovado pelas partes e aguarda assinatura, provavelmente ainda em outubro de 2020, e de início irá beneficiar 111 (cento e onze) acadêmicos.

Atualmente contamos com 04 (quatro) ACTs vigentes com Instituições de Ensino Superior (IES), que auxiliam o acesso de 24 (vinte e quatro) acadêmicos aos seus cursos, assim distribuídos:

- i) ACT nº 02/2010 Funai/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): auxílio financeiro para passagens terrestres para 03 (três) estudantes, com custo anual de R\$ 5.800,00;
- ii) ACT nº 02/2011 Funai/Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS): auxílio financeiro para passagens terrestres para 05 (cinco) estudantes, com custo anual de R\$ 18.000,00 (integralmente descentralizado em 2020);
- iii) ACT nº 02/2015 Funai/Universidade de Brasília (UnB): custeio com passagens aéreas e concessão de auxílio financeiro para custear deslocamentos terrestres e/ou fluviais para 17 (dezessete) estudantes, com custo anual de R\$ 112.000,00 (R\$ 17.000,00 em auxílio financeiro e R\$ 95 mil de passagens aéreas);
- iv) ACT nº 01/2016 Funai/Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul (UEMS): fornecimento de passes de ônibus urbano para 16 (dezesseis) estudantes residentes em

Dourados, com custo anual de R\$ 10.350,00.

A maioria das cooperações com IESs contam com prazos de vigência consideravelmente longos, geralmente 10 anos. Uma particularidade importante desses ACTs é a garantia de apoio aos beneficiários desde o momento da matrícula até a conclusão do curso. Assim, nossas regionais acompanham o processo informando periodicamente o número de acadêmicos contemplados pelo Acordo que ainda estão matriculados e os que concluíram seus cursos, dado que viabiliza nossas estimativas de custos para os planejamentos anuais. Porém, fato é que desde a celebração dessas cooperações, já aditivadas ou atualmente atendendo apenas beneficiários remanescentes, não foi definido um teto orçamentário e um critério para a sistematização da percentagem de execução de custos globais, possivelmente devido à imprecisão do período necessário para que cada estudante conclua seu curso, variável entre o prazo mínimo e o máximo definido pela instituição de ensino. Por esse motivo, uma vez que a tabela de instrumentos foi apresentada como modelo, incluímos a coluna “Valor Anual”. Consideramos que a imprecisão aumenta por se tratar do apoio ao acesso a cursos convencionalmente oferecidos nas universidades, que, aliás, não foram considerados como produto para o presente relatório, já que compreendemos que apenas os cursos específicos de formação de professores impactam na linha de ação Educação Escolar Indígena. Porém, compreendemos que para as discussões mais recentes possivelmente contaremos com mais meios para aferição, principalmente por estarem restritas a cursos específicos em que novas turmas são criadas assim que concluídas as anteriores.

Quase que completamente paralisados os trabalhos em campo, vislumbramos a possibilidade de colocar em prática o projeto de publicação de materiais didáticos, processo que há tempos planejamos, mas sempre impossibilitados devido à reserva orçamentária insuficiente. O processo encontra-se na etapa de análise do Termo de Referência e coleta de propostas de orçamento para a contratação de serviço especializado. A ideia é que, considerando que em geral as atividades administrativas das Coordenações Regionais estão concentradas nas medidas necessárias à segurança sanitária e nutricional das comunidades indígenas, dialogarmos com a Coordenação Regional Litoral Sudeste (CR LISE) para que formalizem o processo licitatório que comporte as especificações de todos os livros. Neste momento o processo encontra-se na CR LISE para manifestação quanto ao apoio solicitado, e paralelamente temos dialogado com as regionais que apresentaram as propostas dos materiais acima citados sobre a necessidade ou não de contratação de serviços de editoração para o aprimoramento das obras e envio à gráfica.

Pela indefinição da crise de saúde gerada pela pandemia de Covid-19, caso não tivermos como retomar os trabalhos em campo, à princípio, nossa projeção para o próximo trimestre é a de manter as discussões sobre a viabilidade da Funai formalizar as parcerias que tratamos acima, executar o recurso da Emenda Parlamentar Impositiva nº 39010005, e finalizar o processo para a publicação dos materiais didáticos.

Ademais, no âmbito das ações voltadas à qualificação da educação escolar indígena, definimos como estratégia a partir das atividades já existentes do Diagnóstico da Educação Escolar Indígena, que opera a partir de demandas espontâneas das comunidades indígenas e Coordenações Regionais, desenvolver o projeto formal do Diagnóstico como instrumento prioritário no conhecimento das políticas de educação realizadas pelos estados e municípios, e o monitoramento das ações, com vistas a gerar proposições que contribuam para o atendimento das comunidades indígenas de acordo com as especificidades previstas na legislação.

Por fim, registramos que o relatório tratou apenas da execução de projetos e atividades vinculados às linhas de ação definidas no Questionário de Políticas Públicas de Promoção da Cidadania, não constando neste levantamento as solicitações e descentralizações para processos de educação comunitária e de valorização da cultura, ações de combate ao preconceito e discriminação, apoio à elaboração de protocolos de consulta e, como citamos anteriormente, apoio ao acesso e permanência de acadêmicos indígenas em cursos convencionais (não-específicos).

iv) Regionalização da base de dados

Com base no Formulário de Planos de Trabalhos Anuais da CGPC, de janeiro a setembro de 2020 encontramos os seguintes resultados por linhas de ação:

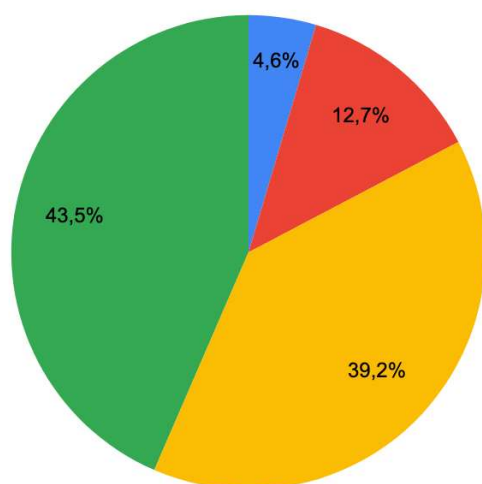
Bioma: Amazônia Macrorregiões: Centro-Oeste e Norte Percentagem da meta de janeiro a setembro/2020: 43,5%		
Linhas de ação	Número de projetos	Número de participantes
Projetos voltados à valorização da infância em contexto de convivência comunitária	02	02
Projetos voltados à participação social	01	150
Projetos voltados à valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política	01	350
Educação Escolar Indígena	05	575
Valorização e Revitalização Linguística	01	64
TOTAL	10	1.14

Bioma: Cerrado Macrorregiões: Centro-Oeste Percentagem da meta de janeiro a setembro/2020: 4,6%		
Linhas de ação	Número de projetos	Número de participantes
Projetos voltados à valorização da infância em contexto de convivência comunitária	02	02
Projetos voltados à participação social		
Projetos voltados à valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política		
Educação Escolar Indígena	02	118
Valorização e Revitalização Linguística		
TOTAL	04	12

Bioma: Mata Atlântica Macrorregiões: Sudeste e Sul Percentagem da meta de janeiro a setembro/2020: 39,2%		
Linhas de ação	Número de projetos	Número de participantes
Projetos voltados à valorização da infância em contexto de convivência comunitária	-	-
Projetos voltados à participação social	1	1.000
Projetos voltados à valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política		
Educação Escolar Indígena	1	28
Valorização e Revitalização Linguística		
TOTAL	02	1.028

Não houve registros significativos de projetos desenvolvidos por regiões de caatinga, pampa e pantanal, porém não exclui a possibilidade de que indígenas e/ou povos de alguma dessas regiões possam ter participado direta ou indiretamente de ações, à exemplo do apoio nos deslocamentos de acadêmicos às universidades, e do levantamento de processos referentes ao Direito de Convivência Familiar e Comunitária, que envolvem diretamente 331 indivíduos.

Regionalização da base de dados



● Bioma: Cerrado ● Biomas: Todos (DCFC) ● Bioma: Mata Atlântica ● Bioma: Amazônia

Detalhamento da execução da Política Pública de Cidadania

Macro Região/ Bioma	UF / CR	Município / T.I.	Processo	Atividade	Povo(s)	Público- alvo	Indígenas beneficia- dos	Data	Valor descentr alizado	PI	Docume ntos Relacion ados
Projetos voltados à valorização da infância em contexto de convivência comunitária											
Centro- Oeste Cerrado	Mato Grosso CR Araguaia Tocantins	Luciara - MT	08743.0000 46/2020-07	Compor equipe multidisciplinar a fim de realizar estudo para a produção de relatório que constituirá como manifestação da Funai nos autos de processo, em atenção ao art. 28, §6º, III do ECA, conforme Processo SEI 00467.016765/2019-01	Akwê- Xerente	criança	1	03 a 06/03	R\$ 796,50	66APD	2000156
Norte Amazônia	Roraima CR Roraima	Bonfim-RR	08749.0000 29/2020-10	realização de estudo social nos autos 00000068-67.2014.8.23.0090, que será realizado na Comarca de Bonfim/RR	yanoma mi	criança	1	13/02	R\$ 422,00	66APD	1955438
Centro- oeste Cerrado	Mato Grosso CR Xavante	Primavera do Leste - MT	08746.0001 18/2020-88	Acompanhar caso de Criança em situação de violência em Primavera do Leste - MT	Xavante	criança	1	janeiro	R\$ 1.128,00	66APD	1929923
Centro- oeste Amazônia	Mato Grosso CR Xingu	Querência-MT	08075.0001 45/2020-09	Diagnóstico sobre a pretensão de adoção da criança indígena T.K. da etnia Kayabi e	Kayabi	criança	1	18/02	R\$ 2.694,40	66APD	1973208

				mediação de conflito entre as famílias envolvidas.							
Todos	Diversos	Diversos	08620.003073/2020-10	Levantamento dos processos referentes ao Direito à convivência familiar e comunitária	Diversos	crianças	331	abril	-	-	diversos
TOTAL							335		R\$5.040,90		
Projetos voltados à participação social											
Norte Amazônia	Amapá-AP CR Amapá e Norte do Pará	Oiapoque-AP	08767.000023/2020-16	Assembleia de Avaliação dos Povos Indígenas do Oiapoque	Karipuna , Palikur, Galibi Marwon o e Galibi Kali'na	Caciques	150	27 a 29/02	R\$15.880,00	66APO	2047180 , 2046948 , 2019296 e 2005655
Sul Mata Atlântica	Santa Catarina-SC CR Litoral Sul	José Boiteux-SC	08128.000689/2019-66	I Encontro da Juventude Laklãnõ Xokleng	Laklãnõ Xokleng	Jovens	1000	23 a 25/01	R\$1.285,00	66APO	1931534
TOTAL							1150		R\$17.165,00		
Projetos voltados à valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política.											
Norte Amazônia	Maranhão-MA CR Maranhão	Bom Jardim-MA	08763.000040/2020-93	IV Encontro de Mulheres Indígenas do Maranhão	Guajajara; Canela; Apanyekrá; Canela Ramkokamekrá; Krepum; Krenyê; Tremembé; Gamela; Awá; Ka’apor; Krikati; Gavião	Mulheres	350	27/02 a 03/03	R\$15.841,00	66APO	2001358 , 2000524
TOTAL							350		R\$15.841,00		
Educação Escolar Indígena											

Centro-Oeste Amazônia; Cerrado e Pantanal	Mato Grosso CRs Araguaia Tocantins; Cuiabá; Noroeste de MT; Norte de MT; Xavante e Xingu	Barra do Bugres-MT (procurar as T.I.s ou deixar sem)	08620.011951 /2019-37	VI Etapa Presencial - Apoio ao acesso e permanência de acadêmicos indígenas nos cursos específicos da Faculdade Intercultural Indígena – Faindi/Unemat	Apiaká; Arara; Bakairi; Bororo; Cinta Larga; Chiquitano; Irantxe; Juruna; Kayabi; Karajá; Mebengokre; Mehniako; Myky; Munduruku; Nambikwara; Paresi; Rikbatsa; Terena; Umutina; Xavante	Adultos	111	20/01 a 15/02	R\$ 57.444,00	065APE	(SEI 1872470) (SEI 1777594) (SEI 1872884)
Centro-Oeste Cerrado	Goiás CR Araguaia Tocantins	Minaçu-GO T.I. Avá Canoeiro	08743.000630 /2019-11	EEL para Povos de Recente Contato - Reunião em Minaçu-GO entre Funai e Seduc-GO sobre educação escolar na T.I. Avá Canoeiro.	Avá Canoeiro	Jovens e crianças	7	28/01/20	R\$ 1.239,00	065APE	(SEI 1883463) (SEI 1896793)
Norte Amazônia	Pará CR Baixo Tocantins	Marabá-PA T.I. Parakanã	08770.000754 /2019-79	ACT Funai/IFPA - Encontro Pedagógico; Acompanhamento das entrevistas e 1º Módulo das 04 turmas dos cursos de Ensino Médio Técnico de Magistério e Agroecologia específicos ao povo Parakanã.	Parakanã	Jovens e adultos	101	Encontro Pedagógico: 20 a 21/01 Entrevista: 17 a 19/02 1º Módulo: 10 a 23/03	R\$ 32.051,16	065APE	(SEI 1855541) (SEI 1970306) (SEI 1990038) (SEI 1983531) (SEI 1992546)
Norte Amazônia	Amazonas CR Madeira	Humaitá-PA Residentes nas aldeias, vila nova, marmelo e Kwaiari	08113.000035 /2020-35	Fornecimento de gêneros alimentícios para apoiar a permanência de estudantes no município de Humaitá-AM por 06 meses, para a conclusão do estágio obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem do Centro de Educação Tecnológico do Amazonas (CETAM).	15 Tenharim; 01 Parintintina e 01 Diarrói	Jovens e adultos	17	início de fevereiro à final de agosto/2020	R\$ 9.322,00	065APE	(SEI 1935037) (SEI 1951986) (SEI 1991327)
Sudeste Mata Atlântica	Minas Gerais CR Minas Gerais / Espírito Santo	Santa Helena de Minas-MG T.I. Maxacali (aldeia Água Boa)	08759.000723 /2019-76	Acompanhamento da Funai no I Seminário da Rede de Pesquisa Maxakali Tikmu un Yay Tununaha, "Seminário de Pesquisa Hãm Yikopit (Perguntar para a terra)"- realizado na Aldeia Água Boa, T.I. Maxakali, e organizado pela UFMG (apresentações dos	Maxakali	Jovens e adultos	28	11 a 14/02	R\$ 2.547,00	065APE	(SEI 1957099) (SEI 1971164)

				trabalhos de pesquisa dos Maxakali)							
Norte Amazônia	Amazonas CR Rio Negro	São Gabriel da Cachoeira-AM T.I. Alto Rio Negro	08780.00001 0/2020-79	Acompanhamento da Funai nas oficinas sobre o PNAE. Localidades: calha do Rio Içana na Comunidade de Assunção do Içana (245 hab) e Rio Ayari na Comunidade de Canadá (139 hab)	Baniwa	Jovens e adultos	384	21 a 28/01	R\$ 885,00	065APE	(SEI 1870035)
Norte Amazônia	Pará CR Tapajós	Itaituba-PA Aldeia Praia do Mangue	08764.000001 /2020-86	Apoio à Oficina de Continuidade do Ensino Médio Técnico do Povo Munduruku	Munduruku	Jovens e adultos	40	10 A 15/02	R\$ 26.750,29	065APE	(SEI 1965321) (SEI 1974478)
Norte Amazônia	Amazonas CR Vale do Javari	Atalaia do Norte-AM T.I.Vale do Javari	08744.000109 /2019-73	Apoio ao deslocamento de 33 (trinta e três) professores indígenas para as atividades formativas do 8º Módulo dos Cursos de Licenciatura e Pedagogia Interculturais (PARFOR), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Parceiros: Semed Atalaia do Norte; Univaja e Funai/CR VJ.	professores da TI VJa de Javari	Jovens e adultos	33	procurar	R\$ 18.480,00	065APE	(SEI 1976191) (SEI 2007315)
TOTAL							721		R\$ 148.718,45		
Valorização e Revitalização de Línguas Indígenas											
Centro-Oeste Amazônia	Mato Grosso CR Ji-Paraná (CTL Rondolândia)	Aripuanã-MT T.I. Zoró	08079.000009 /2020-71	Oficina de Análise da Língua Pangyjej Zoró - apoio à participação de 12 professores/sabedores da Língua Pangyjej, para a elaboração do protocolo de padronização da ortografia Zoró, para uso nas escolas. Realizada na etapa final do Magistério Intercultural promovido pela Seduc/MT.	Zoró	Anciãos, jovens E adultos	64 (12 Sábios + 52 estudantes do Magistério Intercultural)	02/01 a 06/02	R\$ 6.372,00	065APE	(SEI 1872705) (SEI 1952809) (SEI 1974525) (SEI 2203771)
TOTAL							64		R\$ 6.372,00		

RISCOS

Matriz de riscos:

Tipo de Risco (1) Operacional (2) Imagem/reputação do órgão (3) Legais (4) Financeiros/orçame ntários (5) Integridade	Evento de Risco	Gravi dade (impa cto poten cial)	Tend ência (prob ab. de ocorr er)	Plano de Contingência	Resposta ao Risco: (1) Aceitar o risco (2) Reduzir o risco (3) Transferir o risco (4) Evitar o risco
1	Carência de recursos humanos em especial nas CRs e CTLs da Funai Alto Alta	Alta	Alta	Incentivar a recolocação e transferência de servidores de Unidades melhor contempladas; Realização de concurso.	2
4	Aprovação de Orçamento na LOA insuficiente para atender as necessidades; Contingencia mento orçamentário.	Alto	Alto	Identificar e articular outras fontes de recursos, a exemplo de emendas parlamentares. Realizar gestões para parcerias que permitam recebimento de repasses orçamentários.	2
1	Baixa disponibilidade e recursos orçamentários nas Instituições e Órgãos da educação para ações e projetos específicos para povos indígenas.	Médio	Alta	Realizar gestões e apresentar proposições de criação de programas que atendam as especificidades das línguas indígenas, das demandas de educação profissional, e de ações para o acesso e permanência no ensino superior.	2
	Pouca experiência na produção de informações sistematizadas no campo da política indigenista.			Incentivar, orientar e capacitar técnicos na criação de rotinas para coleta de dados, produção de informações, contribuição e avaliação das políticas de educação.	

1	Falta de política de gestão da informação que potencialize ferramentas para análise de dados.	Médio	Média	Fazer as gestões necessárias com as áreas de domínio de Tecnologia de informações na Funai, buscando potencializar recursos existentes. Consolidar contatos e articulações com as instituições que produzem informações nesse campo (INEP, MEC/FNDE, Secretarias de Educação,	2
				SESU)	
1	Em alguns casos, pouco conhecimento, por parte das unidades descentralizadas da Funai e de Secretarias de Educação, sobre os princípios de educação intercultural e diferenciada, dos processos educativos dos povos indígenas, dificultando uma atuação mais propositiva da Funai junto às Secretarias de Educação, as Instituições de Ensino e às comunidades.	Média	Alta	Elaborar um plano de formação e capacitação para servidores que atuam nesse campo. Promover oficinas de capacitação, incentivar os servidores para o estudo e Incentivar o conhecimento da produção acadêmica e técnica sobre o assunto e disponibilizar estudos e publicações.	2
1	Dificuldades administrativas, por falta de contratos com fornecedores, dificuldades logísticas e operacionais nas CRS e CTLS que prejudicam a execução das atividades planejadas.	Alto	Média	Atender necessidade de quadro técnico administrativo nas CRS. Investir na capacitação para melhoria da gestão Aprimorar a comunicação com as Coordenações Regionais e a sede da Funai, em especial a área meio.	3; 4
2	Baixa priorização da pauta de educação por parte das entidades nacionais de representação indígenas.	Alto	Alta	Sensibilizar sobre o caráter transversal da educação nas políticas e ações destinadas aos povos indígenas.	2
1	Dificuldades do responsável legal pelas políticas e financiamento da educação escolar, em estabelecer uma coordenação das ações, e de	Alto	Alta	Realizar gestões e diálogos, propor uma atuação mais articulada entre Funai e MEC.	2; 3

	monitorar a execução por de estados e municípios.					
--	---	--	--	--	--	--

Artefato de controles implementados:

PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DE CONTROLES

Unidade: Coordenação-Geral de Promoção da Cidadania - CGPC

Processo de Trabalho: Promoção e proteção dos direitos sociais, culturais e de cidadania, fortalecendo a autonomia dos povos indígenas

Responsável pela análise: Joany Marcelo Arantes

Data da análise:09/10/2020

N	Risco	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Controle Proposto	Tipo de Controle	Mecanismos de Implementação	Responsável	Prazo	
								Início	Fim
1	Carência de recursos humanos em especial nas CRs e CTLs da Funai	Alta	(2)Reduzir o risco	Incentivar a recolocação e transferência de servidores de Unidades melhor contempladas; Realização de concurso	corretivo	MEDIDA CONCRETA em referência ao controle proposto Elaborar nota técnica elucidando as dificuldades na execução dos projetos e os benefícios do aumento do número de servidores.	Se possível, indicar 1 servidor (ponto focal - tb para articulação) Dages/CGGP Ponto focal CGPC (André, Aureni e Viviane)	2020	2023
2	Aprovação de Orçamento na LOA insuficiente para atender as necessidades;Contingenciamento orçamentário.	Alta	(2)Reduzir o risco	identificar e articular outras fontes de recursos, a exemplo de emendas parlamentares.Realizar gestões para parcerias que permitam recebimento de repasses orçamentários.	corretivo	Elaborar nota técnica demonstrando o número de projetos que não podem ser apoiados por falta de recurso/contingenciamento.	Dages/CGOF Ponto focal CGPC (André, Aureni e Viviane)	2020	2023
3	Baixa disponibilidade recursos	Médio	(2)Reduzir o risco	Realizar gestões e apresentar proposições de criação de programas que atendam as	corretivo	Elaborar nota técnica demonstrando o	Dages/CGOF Ponto focal CGPC (André,	2020	2023

	orçamentários nas Instituições e Órgãos da educação para ações e projetos específicos para povos indígenas.			especificidades das línguas indígenas, das demandas de educação profissional, e de ações para o acesso e permanência no ensino superior.		número de projetos que não podem ser apoiados por falta de recurso/contingenciamento	Aureni e Viviane		
4	Pouca experiência na produção de informações sistematizadas no campo da política indigenista.		(2)Reduzir o risco	Incentivar, orientar e capacitar técnicos na criação de rotinas para coleta de dados, produção de informações, contribuição e avaliação das políticas de educação, para mulheres, crianças, jovens e anciãos.	preventivo	Elaborar sugestão de instrumento para sistematização dos dados e informações.	Cope e Cogen/CGPC (André e Auren)	2020	2023
5	Falta de política de gestão da informação que potencialize ferramentas para análise de dados.	Médio	(2)Reduzir o risco	Incentivar, orientar e capacitar técnicos na criação de rotinas para coleta de dados, produção de informações, contribuição e avaliação das políticas de educação para mulheres, crianças, jovens e anciãos.	preventivo	Elaborar sugestão de instrumento para sistematização dos dados e informações.	Cope e Cogen/CGPC (André e Auren)	2020	2023
6	Em alguns casos, pouco conhecimento, por parte das unidades descentralizadas da Funai e de Secretarias de Educação, sobre os princípios de educação intercultural e diferenciada, dos processos educativos dos povos indígenas, dificultando uma atuação mais propositiva da Funai junto às Secretarias de Educação, as Instituições de Ensino e às comunidades.	Médio	(2)Reduzir o risco	Elaborar um plano de formação e capacitação para servidores que atuam nesse campo. Promover oficinas de capacitação, incentivar os servidores para o estudo e Incentivar o conhecimento da produção acadêmica e técnica sobre o assunto e disponibilizar estudos e publicações. Em fase de elaboração a proposta formal do Projeto de Diagnóstico de Educação Escolar Indígena.	corretivo	Elaborar projeto de formação e capacitação de servidores	Cope/CGPC (André)	2020	2023
7	Dificuldades administrativas, por falta de contratos com fornecedores , dificuldades logísticas e operacionais nas CRs e CTLS que prejudicam a execução das atividades planejadas		(3)Transferir o risco (4)Evitar o risco	Atender necessidade de quadro técnico administrativo nas CRS. Investir na capacitação para melhoria da gestão Aprimorar a comunicação com as Coordenações Regionais e a sede da Funai, em especial a área meio.	corretivo	Elaborar nota técnica demonstrando o número de projetos que não podem ser apoiados por falta de contratos com fornecedores , dificuldades logísticas e operacionais nas CRs e CTLS	Dages/CGRL Ponto focal CGPC (André, Aureni e Viviane)	2020	2023
8	ção da pauta de educação por parte das entidades nacionais de representação indígenas.	Alto	2)Reduzir o risco	Sensibilizar sobre a o caráter transversal da educação nas políticas e ações destinadas aos povos indígenas.	preventivo	Elaborar proposta de material informativo	Cope/CGPC (André)	2020	2023
9	Dificuldades do responsável legal pelas políticas e financiamento da educação escolar, em estabelecer uma coordenação das ações, e de monitorar a execução por de estados e municípios.	Alto	(2)Reduzir o risco (3)Transferir o risco	Realizar gestões e diálogos, propor uma atuação mais articulada entre Funai e MEC.	preventivo	Propor reunião com MEC	Cope/CGPC (André)	2020	2023



CONCLUSÃO

Após análise dos resultados, é inegável concluir que a pandemia causada pelo Covid-19 afetou drasticamente o resultado da política pública da CGPC nos três trimestres de 2020. A impossibilidade de apoiar a maioria dos projetos recebidos se reflete no número de indígenas atingidos, que está muito aquém da meta indicada.

O resultado nos faz refletir ainda que talvez o mais apropriado seria alterar a meta indicada, de população indígena atingida para projetos executados ou algo parecido. Pois, analisar em números a população indígena é muito complexo, uma vez que os projetos apoiados pela CGPC podem atingi-la tanto direta quanto indiretamente.

Ademais, vale ressaltar que mesmo em situação adversa como atual, a Coordenação de Processos Educativos vêm demonstrando as possibilidades de articulações interinstitucionais à exemplo das propostas de Acordo de Cooperação Técnica em andamento com os Institutos Federais de Educação, que mostram um potencial de atendimento para o acesso dos indígenas em cursos específicos de educação profissional após superado o período crítico da pandemia, no próximo ano.